



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

MERCOSUL/REMPM/ATA Nº 03/12

“ REUNIÃO PREPARATÓRIA DA XIV REUNIÃO ESPECIALIZADA DE MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO MERCOSUL”.

Realizou-se na Cidade de Brasília, no Distrito Federal, República Federativa do Brasil, nos dias 03 e 04 de dezembro de 2012, a Reunião Preparatória da XIV Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul e Estados Associados, com a presença das Delegações dos Estados Parte: República Argentina, República Federativa do Brasil, República Oriental do Uruguai e República Bolivariana da Venezuela, bem como dos Estados Associados: República do Chile e República do Equador.

Deixa-se registrado que foram convidados, ainda, o Estado Plurinacional da Bolívia, a República da Colômbia e a República do Peru, que não puderam comparecer, comprometendo-se a Presidência *Pro Tempore* com o envio da respectiva ata e de seus anexos.

A lista das delegações participantes se encontra no **Anexo I**.

A agenda do encontro se encontra no **Anexo II**.

A lista de Procuradores-Gerais se encontra no **Anexo III**.

A lista de Pontos de Contato permanentes se encontra no **Anexo IV**.

A lista de Pontos de Contato por tema se encontra no **Anexo V**.

O primeiro dia da Reunião foi dedicado ao encontro do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos do Mercosul. A reunião ocorreu no



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

Edifício Sede da Procuradoria Geral da República e teve início com as palavras do Subprocurador-Geral da República e Coordenador da Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional, Edson Oliveira de Almeida, que deu as boas vindas aos presentes e externou a satisfação do Ministério Público brasileiro em sediar a Reunião Preparatória da XIV Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul-REMPM. Em seguida, as Delegações apresentaram-se e, cumprimentando o subprocurador-geral, agradeceram pela hospitalidade do Ministério Público brasileiro.

Em seguida, o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Veiga Rios, procedeu à leitura da agenda preliminar, a qual foi aprovada por todos os presentes, sem alterações.

A subprocuradora-geral da República Ela Wiecko apresentou os trabalhos desenvolvidos pelo Brasil no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial para Elaboração de Metodologia Integrada de Informação Estatística sobre Tráfico de Pessoas. A Subprocuradora-geral da República salientou o caráter interministerial do Grupo, o qual conta com entidades dos poderes executivo, judiciário e do Ministério Público. A representante se comprometeu a enviar as Diretrizes aprovadas pelo Grupo de Trabalho, assim que sejam concluídas e ressaltou o estágio dos avanços da Metodologia Integrada de Informação Estatística sobre o Tráfico de Pessoas, a qual encontra obstáculos inerentes à complexidade de criação de um banco de dados que envolve a coordenação entre os diversos órgãos competentes para tratar da temática.

Na coordenação da Reunião do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos-GTDH, Aurélio Veiga Rios apresentou o Plano de Trabalho aprovado em 2010, destacando as atividades propostas e efetivamente desenvolvidas no âmbito do GTDH. Aurélio Rios encorajou os presentes a apresentarem novas propostas para o avanço dos trabalhos do GTDH.

Em seguida, a delegação argentina apresentou a proposta de criação de um Programa de Capacitação e Sensibilização no combate ao tráfico de pessoas. Marcelo Colombo, Fiscal da Procuradoria Geral



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

da Nação, esclareceu a viabilidade de criação de um mecanismo de capacitação que contemple perspectivas de gênero, tráfico de pessoas e exploração sexual. Trata-se de experiência já desenvolvida em território argentino que poderá ser replicada em âmbito do Mercosul. A proposta divide-se em duas etapas, uma à distância e outra presencial, sendo a segunda, por um período de 1(um) a 2(dois) dias, a ser realizada em Buenos Aires. Na primeira etapa serão elaborados manuais de boas práticas em relação ao tema. Já a etapa presencial será destinada à aprovação conjunta desses manuais e à capacitação de replicadores. O trabalho será desenvolvido sob a coordenação da delegação argentina. Uma possibilidade levantada pelo representante chileno, endossada pelo representante argentino, é de que esta modalidade de capacitação e sensibilização possa, no longo prazo, envolver outros tipos de delito. O representante uruguaio, Ariel Cancela, propôs que o tema "violência doméstica" seja, futuramente, inserido no escopo do módulo referente às perspectivas de gênero constante da proposta original de capacitação. Na oportunidade, a delegação argentina disponibilizou aos presentes cópia da ação implementada naquele país.

A proposta da delegação argentina se encontra no **Anexo VI**.

Quanto à discussão a respeito do direito à memória e à verdade e a judicialização de violações de direitos humanos, o representante equatoriano, Fidel Jaramillo, sugere que, devido à sua importância, o tema seja objeto de discussão em reuniões futuras, no âmbito do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos. O tema possui relevância, sobretudo em regiões onde o cometimento destes crimes foi massivo e sua judicialização já vem sendo discutida e implementada. Não obstante, Fidel Jaramillo salientou que experiências comparadas, neste sentido, enriquecem o debate e o aprendizado acerca do tema.

O Coordenador do GTDH sugere maior participação social nos debates referentes à luta contra o Tráfico de Pessoas, levados a cabo por estas Reuniões. Assim, o Grupo acordou a realização de seminário sobre tráfico de pessoas em 2013, na cidade de Foz do Iguaçu, com a participação de ONGs dedicadas ao tema nos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

respectivos países do bloco. Além disso, o Grupo de Trabalho insta que se realize a III Cúpula de Ministérios Públicos Ibero-americanos no Combate ao Tráfico de Pessoas, no Chile, e que os resultados das atividades planejadas pelo GTDH possam ser difundidas nesta Cúpula.

Aprovaram-se as referidas propostas, as quais serão submetidas aos Procuradores-Gerais na XIV Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul. Após aprovação da proposta, concluíram-se os trabalhos do primeiro dia da Reunião Preparatória.

A lista da composição do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos do Mercosul se encontra no **Anexo VII**.

O segundo dia da Reunião teve início com as palavras do subprocurador-geral da República Federativa do Brasil e Coordenador da Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional, que deu as boas vindas aos presentes e reiterou a satisfação do Ministério Público brasileiro em sediar a Reunião Preparatória da XIV Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul-REMPM e lamentou a ausência da delegação paraguaia neste encontro. Em seguida, as Delegações apresentaram-se.

Denise Vinci Tulio, subprocuradora-geral da República e Membro da Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional, procedeu à leitura da agenda preliminar, a qual foi aprovada por todos os presentes, sem modificações.

Dando prosseguimento à agenda proposta, a subprocuradora-geral da República apresentou o arcabouço jurídico e institucional sobre o qual estão estabelecidas as Reuniões Especializadas de Ministérios Públicos do Mercosul. A representante brasileira passou, então, a expor os avanços destas Reuniões Especializadas desde sua criação até o estágio atual em que se encontram.

A apresentação da subprocuradora-geral da República e membro da Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional se encontra no **Anexo VIII**.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

Posteriormente, o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão brasileiro apresentou as conclusões das atividades realizadas pelo Grupo de Trabalho de Direitos Humanos no dia anterior, bem como comunicou a alteração do Plano de Trabalho do GTDH com a inserção de novas agendas, como a violência de gênero e o trabalho escravo. Entre as ações previstas no Plano de Trabalho aprovado em 2010 que serão mantidas, figuram a elaboração de um cronograma conjunto de eventos no âmbito do Mercosul; a realização de Workshop Internacional sobre os temas Tráfico de Pessoas e Trabalho escravo (ação já implementada); a formatação de um curso sobre tráfico de pessoas, o qual se efetivará com base na proposta argentina de capacitação e sensibilização; e, ainda, a criação de um Boletim Informativo Conjunto Mercosul. Já em relação às novas ações, Aurélio Rios destacou que serão inseridos na agenda do GTDH a criação de grupo de e-mails para discussão e debate entre pontos focais; a realização de encontro em Foz do Iguaçu com a participação da Sociedade Civil e Organismos Internacionais sobre o tema tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e trabalho escravo; a realização de uma campanha publicitária no âmbito do Mercosul. O GTDH acordou, também, a retirada de ações anteriormente constantes da pauta do Grupo, tais como a criação de um banco de dados sobre tráfico de pessoas no âmbito do Mercosul e a realização de pesquisas sobre responsabilização penal dos praticantes do crime de tráfico de pessoas no âmbito do Mercosul, ações já contempladas no escopo de atuação da Rede Ibero-americana de Procuradores Especializados no Combate ao Tráfico de Pessoas. Denise Vinci Tulio externalizou satisfação em presenciar uma reunião presencial do Grupo de Trabalho.

O Grupo de Trabalho divulgou o documento intitulado *Articulación para la atención a mujeres en situación de trata internacional*, originado na Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul. As delegações tomaram conhecimento do conteúdo deste documento e o representante argentino informou haver reportado as considerações de seu governo acerca da temática diretamente àquela Reunião.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

A apresentação do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão se encontra no **Anexo IX**.

A representante do Grupo de Trabalho Copa do Mundo 2014, Carolina de Gusmão Furtado, expôs as atividades desenvolvidas no âmbito daquele Grupo. Carolina Furtado ressaltou as medidas adotadas pelo Grupo para fiscalizar o emprego dos recursos públicos nas obras concernentes à realização da Copa do Mundo 2014. O aspecto preventivo da atuação do Grupo foi apreciado com ênfase pelos participantes.

A apresentação da representante do Grupo de Trabalho Copa do Mundo 2014 se encontra no **Anexo X**.

O período seguinte foi destinado à apresentação da Rede Ibero-americana de Procuradores Especializados no Combate ao Tráfico de Pessoas/REMPM-AIAMP pelo Advogado Assessor da Unidade especializada em Cooperação Internacional do Ministério Público do Chile, Eduardo Bolados, o qual abordou os antecedentes da criação da Rede e mencionou a elaboração de um banco de dados que contou com a participação de todos os países por meio de consultas, as quais foram, posteriormente, submetidas à Secretaria-geral da AIAMP.

A apresentação do representante chileno se encontra no **Anexo XI**.

Eduardo Bolados apresentou, também, as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Especializado sobre Crime Organizado Transfronteiriço-GECOT. Foram mencionados os estágios/intercâmbios existentes no âmbito do GECOT e, afirmou-se que, para que esta atividade seja executada, é suficiente uma demanda oficial do Estado interessado. Apresentaram-se, também, os avanços na criação de base de dados para o combate ao tráfico de pessoas no âmbito da Rede Ibero-americana de Procuradores Especializados no Combate a este delito.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

Próximo tópico da agenda, o Combate ao Crime Cibernético no Brasil e o papel desenvolvido pelo Ministério Público Federal foi abordado pela Procuradora da República no Rio de Janeiro Neide Cardoso Oliveira. A procuradora trouxe ao debate um panorama geral do combate aos crimes cibernéticos no Brasil, incluindo a definição de crimes cibernéticos, características da investigação desse tipo de delito, os aspectos legais e processuais, dificuldades encontradas no enfrentamento desses crimes e, ainda, as estratégias e soluções para o combate aos crimes cibernéticos.

Neide de Oliveira reconheceu a relevância do intercâmbio de experiências entre os membros dos Ministérios Públicos dos distintos Estados como forma de orientar uma atuação eficaz que potencialize e, ao mesmo tempo, salvaguarde a efetividade dos direitos e liberdades individuais. Observou a necessidade de harmonizar a legislação penal substantiva como requisito imprescindível para fazer, conjuntamente, frente ao crime cibernético, a partir do estabelecimento de normas mínimas de atuação, assumidas internacionalmente e que permitam que as evidências eletrônicas sejam obtidas e conservadas nos distintos países como condições e garantias necessárias para sua utilização em processos penais previstos em outros Estados. Constatou a carência nos ordenamentos jurídicos internos, tanto nos aspectos de caráter processual penal como na normativa administrativa relativa à regulação da gestão e funcionamento das tecnologias de comunicações e informação. Reconheceu a conveniência de estreita colaboração com os corpos policiais ou de segurança de Estado, bem como a relevância da intervenção do Ministério Público nas investigações desde o início como forma de garantir a eficácia e validade das evidências obtidas no curso das atuações. Apontou a imprescindibilidade da capacitação específica e permanente daqueles que atuam com crimes cibernéticos, bem como da criação de unidades especializadas em matéria de crimes cibernéticos nos Ministérios Públicos naqueles países que não contam com esta previsão.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

Os representantes de todos os Ministérios Públicos dos Estados presentes apresentaram, brevemente, o panorama e as iniciativas dos Ministérios Públicos da Região no Combate ao Crime Cibernético no Mercosul. Cada país compartilhou parte de suas experiências positivas e negativas em termos do combate àquele tipo de crime e, ainda, quanto ao uso da cooperação jurídica internacional neste enfrentamento.

Em seguida, Neide Cardoso de Oliveira coordenou o período de discussões acerca da Proposta de Trabalho para o Combate ao Crime Cibernético no âmbito das Reuniões Especializadas de Ministérios Públicos do Mercosul. A proposta consiste na criação de um Grupo de Trabalho Especializado no Combate ao Crime Cibernético, o qual seria coordenado pela República Oriental do Uruguai. Os representantes do Uruguai, Venezuela e Equador concordaram em submeter a proposta à apreciação dos Procuradores-Gerais na XIV REMPM. No entanto, não se logrou alcançar acordo entre as delegações, haja vista a necessidade apresentada pelas delegações chilena e argentina de maiores reflexões sobre o tema.

Encerrado o período destinado às Modificações e aprovação da ata da Reunião Preparatória e da agenda de trabalho da XIV Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul, procedeu-se à assinatura da Ata e Conclusão dos trabalhos.

República da Argentina
Marcelo Colombo
Fiscal

República Bolivariana da Venezuela
Gioconda González
Directora del Despacho de la Fiscal General

República Federativa do Brasil
Edson Oliveira de Almeida
Subprocurador-Geral da República

República Oriental do Uruguai
Ariel Cancela
Fiscal Letrado Nacional en lo Penal